



Jonas Pereira/Agência Senado



Renan (C) recebe cumprimentos de Lúcia Vânia e de outros senadores pela condução dos trabalhos na semana em que foram aprovadas questões como minirreforma eleitoral e direito de resposta na imprensa

Senado aprova mais 3 projetos e conclui esforço concentrado

Terminou com a aprovação de três projetos mais um período de esforço concentrado de votações, que começou com a minirreforma eleitoral. Com as decisões de ontem, segue para sanção

proposta que dá mais segurança jurídica a donos de casas lotéricas. Os outros dois projetos vão para análise da Câmara dos Deputados: um que aumenta em até dez vezes multa para quem participar de

“racha” no trânsito e outro que cria a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira. O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez balanço positivo do trabalho. **3**

Plenário inicia análise da PEC do Voto Aberto no Congresso **2**

Já está em consulta pública proposta do novo Código Comercial **6**



Gerardo Magela/Agência Senado

Ministro Alexandre Padilha (D) defende financiamento estável e permanente para o setor

Financiamento para a saúde pública ainda espera definição

Sessão temática do Senado discutiu propostas para o financiamento da saúde com os ministros

Alexandre Padilha e Miriam Belchior. Entidades defenderam vinculação da receita. **4 e 5**

Aprovados embaixador no Canadá e delegada no Mercosul **8**

Denúncias de falta de controle sobre agrotóxicos podem gerar CPI **7**

Senado/Ciriano e Marketing



Senadores pedalam em apoio ao dia sem carro

Randolfe Rodrigues e Eduardo Suplicy vieram de bicicleta ao Senado para apoiar o Dia Mundial sem Carro, 22 de

setembro, e solicitaram a Renan Calheiros a instalação de bicicletários para incentivar ciclismo entre servidores. **8**

Direito de greve do servidor público entra na pauta de comissão **6**

AVISO IMPORTANTE

Nestes sábado e domingo, **21 e 22 de setembro**, a TV, Rádio, Jornal e Agência Senado e serviços que dependam da internet não estarão acessíveis. A interrupção se dará em virtude de manutenção preventiva inadiável de todo o sistema elétrico que alimenta o Anexo 2 da Casa.



Plenário começa a discutir o voto aberto no Congresso

Proposta, que também se aplica a assembleias legislativas e câmaras municipais, precisa passar por cinco sessões em primeiro turno e três em segundo. Senadores cogitam calendário especial

OCORREU ONTEM A primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que acaba com o voto secreto no Legislativo. A proposta, que atinge Senado e Câmara, aplica-se também às assembleias legislativas dos estados, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e às câmaras municipais. A segunda sessão de debate foi marcada para terça-feira.

A PEC do Voto Aberto foi aprovada na quarta-feira, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), depois de muita discussão. No Plenário, tramita com as PECs 20/2013

e 28/2013, que tratam do mesmo assunto. De acordo com o Regimento Interno do Senado, as PECs têm de passar por cinco sessões de discussão em primeiro turno e outras três em segundo turno. Para ser aprovada, deve receber o apoio de três quintos dos senadores (pelo menos 49 votos).

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que pretende apresentar requerimento, apoiado pela maioria dos líderes, para criar um calendário especial.

— Enquanto estamos debatendo, o tempo passa. Podemos chegar à situação de examinar a perda de um mandato sob a regra do voto

secreto — advertiu.

Walter Pinheiro (PT-BA) se mostrou favorável.

— Se há discordância, vamos votar! Aí as emendas serão apresentadas. É uma matéria que está em consonância com a pauta positiva anunciada antes do recesso e é uma maneira de a gente responder de forma diferente à Câmara — afirmou.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) se disse contra o calendário especial, afirmando que muitos assuntos devem passar por um debate mais aprofundado.

— Como é que vamos votar abertamente a escolha do procurador-geral da República? E dos ministros do STF?

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a tramitação da PEC do Voto Aberto vai seguir o rito normal, previsto na Constituição. Ele reconheceu, entretanto, que a proposta não é consensual.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), o fim do voto secreto está de acordo com o que pensa a maioria do povo brasileiro. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que não há projeto na Casa com tanto apelo popular.



No Interlegis, pesquisadores brasileiros e estrangeiros debatem estudos

Presidencialismo do Brasil depende de coalizão, diz pesquisador inglês

Um presidencialismo forte, em que o Executivo predomina, mas precisa garantir apoio no Congresso: essa é uma das características do presidencialismo de coalizão. Para o pesquisador Nic Cheeseman, da Universidade de Oxford (Inglaterra), o Brasil é um dos países que mais dependem das coalizões. Ele e os colegas de Oxford fizeram estudos em nove países: três da América do Sul (Brasil, Chile e Equador), três do Leste Europeu (Rússia, Ucrânia e Armênia) e três da África (Benin, Malawi e Quênia).

Cheeseman apresentou o estudo ontem, em seminário no Interlegis, com pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), do próprio Senado e de instituições latino-americanas.

O pesquisador inglês disse que a fragmentação partidária é a chave para entender o presidencialismo de coalizão brasileiro: o Executivo precisa trazer para a base de apoio vários “pequenos” partidos. Isso é um contraste em relação a países como Reino Unido

e Estados Unidos, segundo ele. A fragmentação, disse Cheeseman, provavelmente se deve à forma como os partidos se desenvolveram no Brasil e ao sistema federativo.

O pesquisador disse que, para quem não vive no Brasil, é difícil entender que Luiz Inácio Lula da Silva tenha sido eleito presidente com uma votação majoritária, mas o partido dele, o PT, não tenha sido capaz de obter a maioria das vagas no Congresso.

Cyro Miranda (PSDB-GO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) abriram o evento. Cyro observou que um dos problemas do presidencialismo de coalizão é a falta de uma base de governo com coesão ideológica. Flexa disse que o seminário representou uma oportunidade para debater o que funciona e o que não funciona no sistema político do país e como aperfeiçoá-lo. Ele também ressaltou a importância dos estudos comparativos entre o presidencialismo do Brasil e o de países que possuem sistemas políticos semelhantes.



Aloysio é contra calendário especial; Pinheiro (C) e Suplicy são a favor da ideia

Comissão adia análise da PEC do Voto Facultativo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou a decisão sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2012, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que estabelece o voto facultativo no país. Os senadores entenderam que era necessário tratar do tema sem pressão de tempo. O relator, Pedro Taques (PDT-MT), é favorável à proposta.

Para atender os colegas, Taques pediu que a PEC fosse retirada de pauta. A deliberação do projeto será retomada semana que vem.

A CCJ concedeu vista coletiva ao projeto de Paulo

Paim (PT-RS) que estabelece critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência (PLS 250/2005 — Complementar). No caso de deficiência grave,



Relator, Taques atendeu os colegas e o texto foi retirado da pauta da CCJ

a aposentadoria pode ocorrer aos 25 anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 anos, se mulher. O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), que pediu a inclusão do texto como item extra, recomenda a aprovação.

Também ficou para a próxima reunião a votação do PLS 7/2012, de Ana Amélia (PP-RS), que dificulta a saída temporária de presos. Pela proposta, só terão direito ao chamado saidão os condenados primários e, assim mesmo, somente uma vez por ano. O relatório, pela aprovação, foi lido por Taques e recebeu apoio dos senadores.

Lançado livro em inglês que explica o Senado

O público estrangeiro que deseja conhecer melhor o funcionamento do Senado brasileiro terá agora à disposição um novo instrumento. Trata-se do livro *The Federal Senate: questions and answers*.

O livro, uma iniciativa da Coordenação de Criação e Marketing da Secretaria de Comunicação Social, é de autoria do cientista político Octaciano Nogueira e aborda, em linguagem simples e direta,

temas que vão da história da instituição a sistemas políticos e à Constituição.

A obra está disponível para aquisição na Livraria do Senado, no link <http://bit.ly/senateQA>

TV, Rádio e site fora do ar no fim de semana

Devido à interrupção no fornecimento de energia, o site do Senado ficará fora do ar entre a meia-noite de hoje e a 0h de segunda. A Rádio Senado

manterá transmissões para Brasília. A TV Senado ficará fora do ar no mesmo período, com previsão de retorno às 6h de segunda. De acordo com

a Diretoria-Geral do Senado, a interrupção será necessária para que a Companhia Energética de Brasília faça a substituição de equipamentos.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 17h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

PRESIDÊNCIA Agenda em Alagoas

8h Renan Calheiros visita obras de conjunto habitacional em Rio Largo; às 9h, participa de abertura do Encontro Estadual de Prefeitos de Alagoas; às 13h, visita obras do Canal do Sertão e, às 14h, de projeto-piloto de irrigação. Todos os eventos ocorrem em Alagoas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Votações foram concluídas ontem com aprovação de três projetos, incluindo um que segue para sanção e pretende dar mais segurança aos donos de casas lotéricas

Renan faz balanço positivo do esforço concentrado

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, considerou muito positivo o resultado do esforço concentrado desta semana. Ele lembrou que a pauta foi esgotada, com a análise de todas as propostas previstas. Ontem, o Plenário incluiu questões previstas para hoje e aprovou três projetos.

O PLS 380/2012, que segue para a Câmara, cria a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira. Também segue para a Câmara o PLC 26/2013, que aumenta em até dez vezes multa para quem participar de "racha", com arrancadas bruscas, manobras perigosas e ultrapassagens arriscadas. Já o PLC 40/2013 só depende de sanção para entrar em vigor. A proposta pretende dar mais segurança jurídica aos donos de casas lotéricas. Um

dos pontos da nova regulamentação é o tempo de permissão, fixado em 20 anos e renovável por igual período.

O PLS 441/2012 reúne várias medidas para dar mais transparência e igualdade à disputa eleitoral, entre elas limite para contratação de cabos eleitorais e proibição de pintura de muros, de uso de cavaletes e do envelopamento de carros com adesivos. Mas a proposta recebeu críticas de vários senadores porque não toca em pontos como o financiamento público de campanha. O texto aprovado, substitutivo de Valdir Raupp (PMDB-RO), está na Câmara. Para valer em 2014, as regras precisam ser sancionadas pela presidente Dilma Rousseff antes de 5 de outubro.

O interesse de limpar a pauta levou os senadores a votarem uma medida provisória em

menos de 24 horas da leitura no Plenário. Aprovada como projeto de lei de conversão (PLV) 22/2013, a MP 620 segue para sanção. Ela trata, entre outros assuntos, de medidas moralizadoras para as entidades esportivas. Uma das novas regras é a de que entidades que recebem recursos públicos não poderão eleger um mesmo dirigente por mais de dois mandatos seguidos, com duração de quatro anos cada um. Essa MP mobilizou vários atletas, que estiveram no Senado durante dias para acompanhar a votação.

Vagas de idosos

Além da aprovação do projeto chamado de Lei do Racha, os senadores aprovaram outra proposta que altera o Código de Trânsito Brasileiro. Quem estacionar irregularmente em vagas reservadas a idosos ou

peças com deficiência física poderá não só ser multado, mas também ter o veículo apreendido. O projeto (PLC 99/2007) determina que a infração passe a ser considerada grave.

O projeto também traz novidades para ciclistas. As bicicletas não precisam mais ter campanha e o espelho retrovisor como itens de uso obrigatório. Mas as mudanças ainda precisam ser aprovadas na Câmara.

Também foi enviado para análise dos deputados projeto de Roberto Requião (PMDB-PR) que disciplina o exercício do direito de resposta ou retificação do ofendido por conteúdo divulgado, publicado ou transmitido por veículo de comunicação social. O texto, no entanto, não garante resposta a comentários de leitores feitos em sites dos veículos de

comunicação. Pelo projeto (PLS 141/2011), o ofendido terá o direito de divulgação de resposta gratuita e proporcional ao conteúdo ofensivo, com o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão.

Já está em vigor o Projeto de Resolução 44/2013, de Renan, que determina a cada comissão permanente do Senado escolher e fiscalizar anualmente a aplicação do Orçamento da União em uma política pública, assim como o retorno dos investimentos à sociedade. As medidas aprovadas permitirão ao Senado estudar as grandes políticas públicas do país de forma agregada, numa visão sistêmica capaz de considerar todos os efeitos sobre o conjunto da sociedade e sobre a Federação. A proposta foi aprovada na segunda-feira e promulgada no dia seguinte.



Wellington Dias apoia substitutivo de Vital do Rêgo (D) a projeto de lei da Câmara aprovado ontem pelo Senado



Texto relatado por Vanessa Grazziotin recebeu elogios de vários senadores em Plenário, como Inácio Arruda



Proposta foi desenvolvida durante o trabalho de subcomissão permanente presidida por Mozarildo Cavalcanti

Volta à Câmara rigor maior contra "rachas" nas ruas

O Plenário aprovou ontem substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 26/2013) que aumenta em até dez vezes o valor da multa para quem participar de "rachas" no trânsito, der arrancadas bruscas, fizer manobras perigosas ou ultrapassagens arriscadas. O projeto voltará para a Câmara.

— É uma resposta à brutalidade do trânsito brasileiro, que mata mais de 40 mil pessoas todos os anos — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O relator do substitutivo, Vital do Rêgo (PMDB-PB), citou o "momento difícil" do Congresso diante dos crimes de trânsito. Magno Malta (PR-ES) exaltou o projeto como grande conquista do Senado e elogiou a Lei Seca (Lei 12.760/2012).

Wellington Dias (PT-PI) lembrou que morrem mais pessoas no trânsito do que por armas, Eduardo Braga (PMDB-AM) pediu apoio à modernização do código, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) destacou que o "racha" é um crime cometido pelos "mais abastados", Gim (PTB-DF) protestou contra a "guerra civil" nas estradas e Cristovam Buarque (PDT-DF) classificou a quantidade de vítimas de trânsito como indicador de "atraso da civilização".

A busca de consenso levou Vital a eliminar da proposta os dispositivos mais controversos, que estabeleciam pena de prisão. O substitutivo manteve a exigência de exame toxicológico para atestar se o motorista dirige sob influência de álcool ou de outra substância. A Lei Seca oferece como meios de avaliação o teste de alcoolemia (bafômetro), exame clínico, perícia, vídeo e prova testemunhal.

Segurança jurídica para casas lotéricas vai a sanção

Texto que dá segurança jurídica para os donos de casas lotéricas (PLC 40/2013), aprovado ontem pelo Plenário, segue para sanção. A proposta, relatada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), regulamenta, entre outras coisas, o tempo de permissão para as casas lotéricas, fixado em 20 anos e renovável por igual período. O prazo das concessões vigentes das quase 12 mil casas lotéricas foi mantido.

A seleção dos permissionários será feita por licitação. A Caixa Econômica Federal poderá exigir que atuem com exclusividade em atividades como serviços bancários. Também caberá à Caixa definir a localização. As regras atuais de remuneração são mantidas. O projeto foi aprovado com uma emenda de redação de Romero Jucá (PMDB-RR).

— Com o perdão do trocadilho, esse tipo de negócio deixa de ser uma loteria para ser um empreendimento estável, previsível e com regras claras — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Renan parabenizou a relatora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Vanessa Grazziotin, pela rapidez. Ela afirmou que a relação entre as casas lotéricas e a Caixa terá regras claras.

As novas regras foram enaltecidas por Wellington Dias (PT-PI), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Waldemir Moka (PMDB-MS), Gim (PTB-DF), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Sérgio Souza (PMDB-PR), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Ana Amélia (PP-RS), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Projeto institui política de defesa da Amazônia

Foi aprovado ontem pelo Plenário projeto (PLS 380/2012) que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira — trecho de até 150 quilômetros de largura, ao largo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para a defesa do território nacional. O texto será encaminhado à Câmara.

A proposta foi desenvolvida pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira (Crepaff), presidida por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). De acordo com o projeto, a estratégia será implementada de modo articulado e integrado com outras políticas públicas, em especial as relacionadas a educação, arte, cultura, lazer e extensão universitária, saúde, segurança, tecnologia de assistência social, energia, recursos hídricos e recursos minerais.

Mozarildo pede aprovação de novas regras para a criação de municípios

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem a aprovação de projeto de lei que estabelece novas regras para a criação de municípios (PLS 98/2002). A proposta, de autoria dele, foi aprovada semana passada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Mozarildo explicou que a iniciativa moraliza a criação de municípios ao exigir estudo de viabilidade e consulta popular via plebiscito.

— Ao contrário do que dizem alguns órgãos de imprensa, o projeto é moralizante e não representa um escancamento de porteira para novos municípios.

Senado debate financiamento permanente para a saúde

Sessão temática sobre o financiamento à saúde foi promovida ontem pelo Senado, com presença dos ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e do Planejamento,

Miriam Belchior, e entidades do setor. Padilha apontou a necessidade de o financiamento ser permanente e estável. Ele lamentou a extinção da CPMF, que

representou decréscimo de R\$ 200 milhões no orçamento da pasta em cinco anos. Já Miriam Belchior explicou por que o governo não tem condições de destinar 10% da

receita corrente bruta para a saúde e pediu ao Congresso um caminho possível. Renan Calheiros disse que a questão do financiamento é urgente e citou os projetos

que tramitam no Senado para oferecer soluções. Essa foi a segunda das sessões temáticas, em que senadores debatem com especialistas assuntos de relevância para o país.

Padilha lamenta extinção da CPMF

O Brasil é o único país do mundo com mais de 200 milhões de habitantes que oferece saúde pública e gratuita à população. Mas, para conseguir que a oferta seja verdadeiramente universal, é preciso pensar numa fonte de recursos permanente e estável para o setor. Foi o que afirmou ontem o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante a sessão temática do Senado para debater o financiamento da área.



Renan e o ministro Padilha na sessão temática sobre o financiamento da saúde

Apesar dos grandes feitos obtidos até aqui — o Brasil conseguiu atingir a meta de redução da mortalidade infantil nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio antes do prazo, além de ser reconhecido como detentor do mais amplo calendário público de vacinação do mundo e ser recordista de transplante de órgãos em sistema público e gratuito —, ainda há lacunas a serem preenchidas e que necessitam da atuação do Congresso, disse o ministro. Ele elogiou o Parlamento

pela aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que definiu o repasse de recursos de cada ente federado, e comemorou o debate sobre a destinação de 50% das emendas parlamentares para o setor, no âmbito do orçamento impositivo. Lamentou, porém, o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em 2007. De acordo com o ministro, um terço do orçamento da saúde era proveniente da contribuição, que

representava R\$ 40 bilhões anualmente.

Entretanto, lembrou Padilha, além de discutir as fontes do aumento de recursos, são necessárias outras ações.

— Onde vamos investir mais recursos? Se não debatermos, esse investimento vai só dentro de hospitais, só para doença e não para a saúde. Tem que caminhar junto o debate sobre o combate ao desperdício e o combate à corrupção em relação aos recursos para a área da saúde — disse.

Ministro pede avanços no combate ao crack

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, apontou a necessidade de a União, com estados e municípios, avançar em políticas públicas que combinem ações de segurança e prevenção, ampliando serviços de suporte aos dependentes químicos. O ministro citou levantamento feito pela Fundação

Oswaldo Cruz que revela que cerca de 370 mil brasileiros de todas as idades usam regularmente crack e similares nas capitais ao longo de pelo menos seis meses em 2012. Alexandre Padilha ressaltou o fato de que, pela primeira vez, o país tem um retrato fiel da situação. Ele informou que em 2010

o país tinha uma estrutura suficiente para cuidar de 400 mil dependentes químicos. Atualmente, a infraestrutura criada nos últimos dois anos é suficiente para atender 40 milhões de dependentes químicos. O ministro ressaltou, no entanto, que é necessário um grande esforço para a ampliação dos serviços.

Aplicar 10% é inviável, diz Miriam Belchior

O governo federal não tem como implementar proposta de destinar 10% da receita corrente bruta (RCB) para a saúde, contida no projeto de iniciativa popular que está sendo analisado no Congresso. A afirmação foi feita pela ministra do Planejamento,

Miriam Belchior, na sessão temática de ontem. Segundo a ministra, a medida exigiria o aporte de cerca de R\$ 190 bilhões em seis anos, o que representaria quase 70% do recurso orçamentário de que o governo dispõe para despesas não obrigatórias.

Conforme explicou, o governo dispõe de R\$ 1,2 trilhão para despesas primárias em 2013, mas três quartos do montante são para despesas obrigatórias, como Previdência Social e pessoal. Restariam R\$ 272 bilhões para gastos em que o governo tem mobilidade de aplicação, sendo inviável, disse, direcionar R\$ 190 bilhões para aportes na saúde.

A ministra reconheceu a necessidade de ampliar o financiamento da saúde e disse que essa é uma preocupação que une governo, parlamentares e sociedade, mas apelou ao Congresso para a busca de “um caminho possível para isso, em curto, médio e longo prazo”.

Busca de solução para a saúde é compromisso moral, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu urgência no financiamento permanente da saúde pública, ao abrir sessão temática no Plenário ontem.

Depois de afirmar que as pesquisas de opinião pública indicam que a melhoria da saúde é a principal reivindicação do povo ao governo, Renan afirmou que a sessão temática é uma oportunidade para debater caminhos e encontrar soluções a fim de assegurar a efetividade desse direito previsto na Constituição federal e na Lei 8.080/1990.

O presidente do Senado disse que a situação da saúde é caracterizada pelas longas filas e pela falta de profissionais da saúde e de

consideração à dignidade das pessoas e, por isso, definiu a busca de solução para a área como um “compromisso moral” com os menos favorecidos.

Renan citou uma série de iniciativas em discussão no Legislativo em busca da sustentabilidade do financiamento da área, como o projeto de lei de iniciativa popular que propõe a destinação de 10% da receita bruta da União para o SUS e a possibilidade de destinação à saúde de 50% das emendas parlamentares ao Orçamento. A sessão temática, reforçou o presidente, é uma oportunidade para colocar em debate todas as opções e definir o melhor caminho para a melhoria da saúde.

Vinculação de receita resolve problema, sustenta conselheira

A presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro de Souza, defendeu solução definitiva para o financiamento do sistema público de saúde, com a aprovação do projeto



Maria do Socorro critica silêncio do governo sobre proposta popular

de iniciativa popular que vincula 10% das receitas brutas da União para a área. Ela criticou a ausência de manifestação do governo sobre o texto, que começou a tramitar na Câmara, e disse que parece que fez “pouca diferença” para o governo o fato de 2,2 milhões de brasileiros terem apoiado o projeto.

A conselheira disse que a proposta é “viável e coerente” e apelou para que o projeto passe a ter prioridade no Congresso, começando com a adoção de regime de urgência na Câmara.

Para Humberto, negociação vai avançar até a próxima semana

Relator da comissão destinada a propor soluções para o financiamento do sistema de saúde no Brasil, Humberto Costa (PT-PE) disse esperar que as negociações entre governo, Congresso



Humberto aponta dificuldade na definição da fonte de recursos

e sociedade avancem até a próxima semana.

Para ele, o principal problema é a definição das fontes de recursos para o setor. O senador apoia a aplicação, em ações de saúde, de metade dos valores obrigatórios previstos na Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 22/2000). Em análise no Senado, a proposta obriga o governo a liberar as emendas individuais de deputados e senadores até o limite de 1% da receita corrente líquida (cerca de R\$ 10 milhões por parlamentar).

Iniciativa popular pede mais recursos para o SUS

O projeto de lei de iniciativa popular que destina à saúde pública 10% da receita bruta da União (PLP 321/2013) tem 900 mil assinaturas a mais do que o da Ficha Limpa (que resultou na Lei Complementar 135/2010). A afirmação foi feita pelo secretário-executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Jurandi Frutuoso, no debate ontem.

Frutuoso atribuiu os problemas do Sistema Único de Saúde (SUS) à falta de recursos, e não a deficiências de gestão. Segundo ele, é impossível uma “reação na gestão” do SUS se não houver reforço no caixa. O secretário discordou da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que havia apresentado várias dificuldades para a proposta de vincular 10% da receita bruta



Frutuoso e Santos reforçaram a necessidade de solução para o financiamento

à saúde. Frutuoso citou números segundo os quais há queda da participação da União no custeio do SUS. Na rota inversa, disse, municípios e estados assumem encargos cada vez maiores.

Segundo ele, hoje, de cada 100 funcionários do SUS, mais de 70 são pagos pelos estados. Outro problema apontado



Frutuoso e Santos reforçaram a necessidade de solução para o financiamento

por Frutuoso vem da Emenda 29/2000, que, ao definir o custeio do SUS, vinculou à saúde 12% e 15%, respectivamente, das arrecadações de estados e municípios. A União foi preservada da vinculação, ficando obrigada a gastar o empenhado no ano anterior mais a variação nominal do produto interno bruto (PIB).

Moka apoia proposta popular que aumenta participação da União

Waldemir Moka (PMDB-MS) apoiou o projeto de iniciativa popular que vincula 10% das receitas brutas da União para a saúde. Ele destacou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por ele presidida, também vem debatendo o problema desde o ano passado.

Segundo Moka, a participação da União no custeio da saúde caiu progressivamente, saindo de 75%, em 1980, para 45% em 2010. Os estados passaram de 18% para 27% e os municípios saltaram, no mesmo período, de 7% para 28%.

O senador lamentou que Humberto Costa (PT-PE), relator de subcomissão que trata do tema, ainda não tenha concluído o relatório. Vinculou a demora à falta de uma solução do governo.



Waldemir Moka apoia proposta popular

Paulo Davim cobra mais investimento do governo federal na saúde pública

Paulo Davim (PV-RN) disse ontem não considerar justo que “153 milhões de brasileiros padeçam pela inanição crônica do investimento na saúde pública”. — Precisamos realocar prioridades — afirmou, em sessão temática que discutiu propostas de financiamento para o setor.

O senador lembra que o sistema público de saúde investe R\$ 138 bilhões para atender cerca de 150 milhões brasileiros, enquanto o sistema privado investe R\$ 73 bilhões para atender 50 milhões de pessoas. Para ele, cabe ao governo federal a ampliação do aporte de verbas.

Pimentel quer destinar à saúde metade das emendas ao Orçamento da União



PEC 22/2000, que tramita no Senado e institui o orçamento impositivo. Para o senador, as dificuldades da saúde decorrem do fim da CPMF, extinta em 2007.

— Quem pagava a CPMF eram os ricos, os banqueiros, os grandes, que montaram piquete dentro do Congresso e a saúde saiu prejudicada — disse, ao lembrar sessão do Senado em que foi rejeitada a prorrogação da contribuição.

Mozarildo e Valadares discordam sobre retorno de contribuição financeira



A CPMF foi tema dos discursos dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE, foto), que quer a volta da cobrança, e de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que defendeu o “sepultamento” da discussão.

Wellington e Inácio defendem novas fontes de financiamento para a área

Wellington Dias (PT-PI) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) defenderam fontes de financiamento permanente para a saúde pública. O primeiro apoiou a proposta da União de destinar um mínimo de 15% da receita corrente líquida para a saúde. Já o segundo disse que o debate evidencia a necessidade de criação de um novo tributo, nos moldes da extinta CPMF.

— Nunca antes na história um governo sequer admitiu fixar um percentual mínimo para a saúde. Foi o que aconteceu aqui hoje [ontem]. Podemos começar pelo patamar de 15% — disse Wellington. Para Arruda, é preciso primeiro aumentar a arrecadação da União: — Eu não tenho receio de propor que se retome a CPMF — disse Arruda.

Ana Amélia pede reajuste de tabelas do SUS e Suplicy saúde médicos estrangeiros



Na sessão temática de ontem, Ana Amélia (PP-RS) pediu ao ministro da Saúde o reajuste imediato das tabelas de exames laboratoriais usadas pelo SUS para o pagamento de análises clínicas. Segundo ela, há 18 anos os valores não são atualizados, o que tem trazido prejuízos aos prestadores de serviço.

Eduardo Suplicy (PT-SP) também foi à tribuna durante a sessão para saudar profissionais estrangeiros do Programa Mais Médicos, do governo federal: — Outros países já acolhem médicos estrangeiros. Podemos fazer o mesmo.

Novo modelo de perícia médica recebe críticas dos profissionais

Médicos pediram ontem, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), reestruturação da carreira, melhores salários e condições de trabalho. Eles criticaram o novo modelo de perícia médica a ser lançado pelo INSS. O debate foi requerido por Paulo Paim (PT-RS) e Ana Amélia (PP-RS).

Pelo novo modelo, explicou o diretor de Saúde do Trabalhador do INSS, Sérgio Antônio Martins Carneiro, as perícias simples não serão feitas pelo perito, mas pelo médico que acompanha o paciente. Ele disse que os peritos estão sendo pressionados pelos segurados por questões como o desemprego.

O representante do INSS informou que, por ano, são feitas 7 milhões de perícias e há 30 milhões de segurados com benefícios, o que exige R\$ 308 bilhões para custeá-los. Carneiro disse que a

ampliação do número de trabalhadores regularizados resultou em aumento dos pedidos de benefícios.

O presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP), Jarbas Simas, disse que o novo modelo deve incluir a reestruturação da carreira e a valorização dos profissionais. Na opinião dele, o modelo proposto pode eliminar filas, mas não vai resolver o problema nas perícias.

Para Simas, deve haver mudança estrutural na Previdência para que haja interlocução com os Ministérios da Saúde e do Trabalho. De acordo com ele, o Ministério da Saúde deve cumprir a função constitucional de oferecer saúde de qualidade aos trabalhadores e o Ministério do Trabalho precisa fiscalizar e verificar se as empresas estão dando boas condições de trabalho.



Presidente da CAS, Waldemir Moka (C) conduz o debate com especialistas

Debatedores relatam diferentes aspectos da crise que afeta o setor e pedem investimentos

A crise que atinge a perícia afeta a área da saúde em geral, disse o presidente da Federação Nacional dos Médicos, Geraldo Ferreira Filho. Para ele, é preciso fiscalização mais efetiva para detectar os aspectos do ambiente de trabalho que interferem na saúde do trabalhador.

As más condições de trabalho dos peritos têm se refletido nos pedidos de exoneração e aposentadoria, disse a vice-presidente da Associação Gaúcha dos Médicos Peritos, Clarissa Bassin. Desde janeiro de 2010, informou, 1.980 servidores pediram exoneração.

A subprocuradora-geral da República Darcy Santana Vitobello informou que mais de 50% dos benefícios concedidos são por incapacidade laboral, o que depende de perícia. Ao mesmo tempo em que

os profissionais sofrem desumanização no trabalho, observou o vice-presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores José Reginaldo Inácio, os segurados ficam em situação indefinida, pois não estão aptos ao trabalho nem podem renovar o benefício.

O novo modelo de perícia, disse o representante do Conselho Nacional de Previdência Social, Rogério Nagamine Costanzi, está sendo discutido com respeito ao diálogo social.

O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), considera que o problema da saúde se deve ao subfinanciamento. O país adotou o atendimento universal sem investir o necessário. Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) disse lamentar que a arrecadação alta não resulte em investimentos que beneficiem o cidadão.

Relator que ouvir envolvidos sobre direito de greve do servidor público

Tema está em análise na comissão mista de consolidação das leis a partir de minuta de projeto baseada na Convenção 151 da OIT

A COMISSÃO MISTA criada para consolidar a legislação federal e regulamentar a Constituição discute o direito de greve do servidor público. O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), deve entregar o relatório na próxima reunião, marcada para 3 de outubro. Até lá, o colegiado analisa minuta de projeto do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apresentada ontem.

Baseado na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1978, o texto do projeto (PLS 710/2011) prevê instalação de mesa de negociação e expõe requisitos para a deflagração da greve, como comunicação antecipada à autoridade superior, apresentação de um plano de continuidade dos serviços públicos e de alternativas de atendimento, além de esclarecimentos à população sobre a paralisação.

A greve deflagrada sem o atendimento desses requisitos passaria a ser considerada ilegal. O projeto também assegura direitos aos grevistas. O



Cândido Vaccarezza e Romero Jucá na sessão da comissão mista destinada a regulamentar dispositivos da Constituição

direito de greve está previsto no inciso VII do artigo 37 da Constituição, mas ainda não foi regulamentado.

Para Aloysio Nunes, a falta de regulamentação permite arbitrariedades como a dispensa sem justa causa e o tratamento discricionário de determinadas categorias profissionais.

— [A regulamentação] É uma garantia também ao servidor, na medida em que preserva esses direitos e que abre a porta para a negociação, que, se bem-sucedida, evitaria a deflagração da greve — afirmou.

Entre os pontos polêmicos, está a definição dos serviços considerados essenciais, que devem manter um nível mínimo de atendimento à população, a exemplo da assistência médica hospitalar e ambulatorial, distribuição de medicamentos, pagamento de benefícios previdenciários, tratamento e abastecimento de água, segurança pública, transporte coletivo e operação do sistema financeiro.

O presidente da comissão, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), apontou a necessidade

de acelerar a análise da matéria sob pena de “ideologização do debate” e risco de travar a discussão.

O relator informou que distribuirá o texto entre representantes do governo, centrais sindicais, Ordem dos Advogados do Brasil e demais setores interessados para que possam colaborar com o debate.

— A gente sabe que haverá contestação, mas eu acho que essa é uma lei do Brasil, da sociedade brasileira e que precisa realmente ser discutida. — disse Jucá.

Cidadão pode opinar sobre novo Código Comercial

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que está disponível, no Portal e-Cidadania, o anteprojeto do novo Código Comercial, elaborado por uma comissão de juristas. Até 18 de outubro, qualquer cidadão poderá participar de consulta pública sobre a minuta, “deixando a contribuição para enriquecer ainda mais a proposta”, segundo Renan.

Ele disse que todas as manifestações ficarão visíveis para quem acessar o portal e, após o prazo final, serão analisadas pela comissão de juristas responsável.

Para Renan, trata-se de mais um mecanismo de interatividade e diálogo do Senado com a sociedade, para que cada vez mais a atuação da Casa seja



Juristas Alfredo de Assis, João Otávio de Noronha e Fábio Ulhoa Coelho

democrática e transparente.

Segundo o presidente do Senado, o anteprojeto significa também o cumprimento de um compromisso assumido pela atual Mesa com a revisão do Código Comercial, que tem 163 anos e é “fundamental para o desenvolvimento das relações empresariais e o

consequente crescimento da economia”.

A ferramenta de consulta pública do e-Cidadania foi desenvolvida no final de 2012, mas está sendo utilizada pela primeira vez. A ideia é que, a partir dessa experiência, outros projetos em tramitação na Casa passem também

pelo crivo da sociedade para que o cidadão opine sobre os assuntos de interesse.

Após o período de consulta, a comissão de juristas, presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, voltará a se reunir para analisar as sugestões recebidas e elaborar um texto final. A comissão iniciou os trabalhos no dia 7 de maio e tem até 3 de novembro para apresentar o anteprojeto.

Segundo o relator, Fábio Ulhoa Coelho, o novo código deve atuar sobre quatro eixos: modernização da legislação empresarial, simplificação do dia a dia das empresas, melhoria no ambiente de negócios e redução de hipóteses de alteração de contratos.

Fundo de combate à violência contra a mulher é rejeitado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou ontem projeto de lei do Senado (PLS 298/2013) que criaria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, oriundo da CPI Mista da Violência contra a Mulher. Foi identificado vício de iniciativa — proposta do Poder Legislativo criando obrigação para o Poder Executivo, o que é proibido.

— A presidente [Dilma Rousseff] poderia baixar uma medida provisória ou enviar um projeto de lei e nós apresentaríamos emenda ao Orçamento — sugeriu Aloysio Nunes (PSDB-SP).

Pedro Taques (PDT-MT) também apontou que o desvio estaria na previsão de dotações orçamentárias da União, dos estados e dos municípios. A relatora, Ana Rita (PT-ES), aceitou a decisão e anunciou que a proposta será reapresentada.

Adiada votação de projeto que define crime de feminicídio

Para atender pedido de vista coletiva, foi adiada a votação de projeto de lei do Senado (PLS 292/2013) que introduz o feminicídio como ação qualificadora do crime de homicídio no Código Penal. A proposta, que estava na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, é de iniciativa da CPI mista da Violência contra a Mulher. O texto conta com parecer favorável, na forma de substitutivo, da relatora, senadora Ana Rita (PT-ES).

O feminicídio é definido como crime de homicídio resultante de violência contra a mulher e tem pena prevista de 12 a 30 anos de reclusão. O PLS 292/2013 estabelece quatro circunstâncias para a caracterização: violência doméstica e familiar; violência sexual; mutilação ou desfiguração da vítima; emprego de tortura ou qualquer meio cruel ou degradante.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral interina: Rosa Vasconcelos

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Ana Rita preside audiência da CDH sobre uso de agrotóxicos na alimentação e a vulnerabilidade das populações rurais

Falta de controle sobre agrotóxicos pode levar a CPI

Audiência sobre caso grave de intoxicação de crianças por veneno agrícola pulverizado apontou baixa capacidade de fiscalização da Anvisa e o aumento do número de doentes em áreas do agronegócio

A PRESIDENTE DA Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), vai avaliar a possibilidade da criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o uso de agrotóxicos pelo agronegócio. Ana Rita falou ontem ao final da audiência pública sobre o tema, ocasião em que se analisou caso grave de contaminação ocorrido em Rio Verde (GO), em maio deste ano.

Num relato que deixou estarecidos os participantes da audiência, a mãe de um garoto intoxicado e o diretor da escola rural na qual ele estuda contam que o piloto de um avião agrícola pulverizou veneno perto do estabelecimento de ensino, atingindo 29 crianças e 8 adultos na hora do recreio. Os responsáveis foram presos e liberados após pagarem fiança. As vítimas estão sem assistência médica adequada.

Diante desse e de outros problemas abordados, o

presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás, deputado Mauro Rubem (PT), propôs a instalação de uma CPI.

Crime

O coordenador da Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida, Cléber Folgado, chamou de crime o que aconteceu em Rio Verde e assinalou que não se trata de um caso isolado. Para ele, a pulverização aérea de agrotóxicos deveria ser proibida no Brasil, pois, além de ser uma forma irresponsável de combate a pragas, é ineficiente.

— Apenas 30% do que é pulverizado pelo avião é o que chega na planta; 70% vão para a água e para as pessoas. Isso é irresponsabilidade — protestou.

De acordo com o representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Fernando Carneiro, pesquisas realizadas no país já

identificaram a presença de agrotóxico até no leite materno de 62 mães no município de Lucas do Rio Verde (MT). Outro estudo citado por ele identifica um aumento de 38% nas taxas de mortalidade por câncer em municípios onde há forte presença do agronegócio.

— O agronegócio tem nos deixado em encruzilhadas perversas — lamentou.

Anvisa

Cléber Folgado questionou a demora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em reavaliar 14 princípios ativos de agrotóxicos que estão em análise desde 2008 e já foram banidos em vários países. Segundo ele, a lentidão se deve a pressão da bancada ruralista.

O diretor da Anvisa, Jaime Oliveira, disse que o órgão tem dificuldades em fazer uma reavaliação mais rápida desses agrotóxicos por problemas estruturais da própria agência.

Vítimas denunciam falta de assistência

Adultos e crianças que foram contaminados com agrotóxico em maio deste ano, na escola rural São José do Pontal, em Rio Verde (GO), estão sem assistência médica. A denúncia foi feita por Anísia Andrade dos Santos, mãe de um dos alunos intoxicados, e por Hugo dos Santos, diretor da unidade escolar, ontem, na audiência da CDH.

O diretor da escola também informou que está sofrendo ameaças e foi pressionado

por um juiz para que não entrasse com processo contra os responsáveis pelo ocorrido.

Hugo dos Santos afirmou que a Secretaria de Saúde do município não tem dado assistência médica aos intoxicados. Ele contou que, depois de cinco dias do ocorrido, as aulas retornaram e, desde então, todos os dias vários alunos têm passado mal. Entretanto, em uma ocasião, um médico chegou a dizer que as crianças não têm mais nada. Anísia

Andrade dos Santos disse que, além disso, os médicos não estão passando as informações e os laudos e cortaram exames.

Dom Tomás Balduino, bispo emérito de Goiás e representante da Comissão Pastoral da Terra, entregou uma nota à presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), contendo informações sobre o caso de Rio Verde. A senadora disse que a nota será encaminhada ao Ministério da Saúde.

Retorno de embalagem de produto veterinário é previsto em projeto

Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos de uso veterinário poderão ser obrigados a implementar sistemas para recolher as embalagens dos produtos após o uso pelos consumidores. A norma está prevista em substitutivo ao projeto (PLS 718/2007) aprovado ontem pela Comissão de Agricultura (CRA) e que segue agora para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Autor do substitutivo, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) quer introduzir a regra por meio de mudança na Lei de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), que já obriga a chamada logística reversa para embalagens e resíduos de agrotóxicos. O texto aprovado na CRA explicita que embalagens de produtos veterinários também deverão ser retornadas, sob a responsabilidade compartilhada de fabricantes,

importadores e comerciantes.

Logística reversa, explica Rollemberg no relatório, reúne um conjunto de procedimentos para viabilizar coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento ou outra destinação final ambientalmente adequada.

O projeto original, do ex-senador Gerson Camata, previa a inclusão da norma no Decreto-Lei 467/1969. O relator, no entanto, considerou mais adequado modificar a Lei de Resíduos Sólidos, criada três anos após a apresentação do projeto.

Rollemberg alerta para os riscos do descarte inadequado de embalagens de produtos veterinários tanto à saúde do produtor rural quanto ao meio ambiente. Para ele, eventuais dificuldades operacionais para efetivar a logística reversa não podem servir de justificativa para adiar a implementação da prática.



Proposta foi aprovada ontem pela CRA, presidida por Benedito de Lira (D)

Casildo cobra combate biológico à mosca-das-frutas, a praga da maçã

Casildo Malda-ner (PMDB-SC) defendeu ontem o a criação do Centro de Controle Biológico para combater a mosca-das-frutas, praga que ataca especialmente os pomares de maçã.

A proposta, já apresentada aos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Agricultura, prevê a instalação do centro em Vacaria (RS), com parceria da Embrapa. Segundo o senador, o combate biológico da mosca-das-frutas já é utilizado



em países como o México, que registra um retorno de US\$ 21 para cada dólar investido. Entre as técnicas, estão a utilização de inimigos naturais e do inseto estéril, em

que a praga é usada para o próprio controle.

— É dessa forma, com planejamento sério, integração entre as forças produtivas e os agentes públicos e investimento contínuo em pesquisa, que encontraremos o caminho do crescimento sustentável — disse Casildo.

DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

LEMBRAR A BATALHA FAZ PARTE DA LUTA

O Senado reconhece a importância desse dia e destaca a necessidade de todos renovarem o olhar sobre os desafios vividos pelas pessoas com deficiência.

Alô Senado 0800 612211
www.senado.leg.br/jornal

Diplomata defende acordo entre Mercosul e Europa

Maria da Graça Carrion teve o nome aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores para atuar como delegada permanente junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração

O BRASIL TEM o “maior interesse” na aproximação entre o Mercosul e a União Europeia e deve apresentar até o final do ano uma proposta de acordo comercial entre os dois blocos. Foi o que anunciou a embaixadora indicada para atuar como delegada permanente junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Maria da Graça Nunes Carrion. Seu nome foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e agora segue para o Plenário.

A diplomata admitiu que a agenda extrarregional do Mercosul “esteve parada” nos últimos anos, tanto em função do que chamou de dificuldades internas de alguns sócios, como pelo afastamento temporário do Paraguai — suspenso após o impeachment



Ricardo Ferraço, entre Maria da Graça Carrion e Pedro Brêtas, preside reunião

do então presidente Fernando Lugo. A eleição do novo presidente paraguaio, Horacio Cartes, ajudou, a seu ver, a restaurar as condições para negociar com os europeus.

Se fosse um país, afirmou Maria da Graça, o Mercosul seria a quinta maior economia do planeta, além de uma potência agrícola e “uma das maiores potências energéticas do mundo”, a partir da adesão da Venezuela.

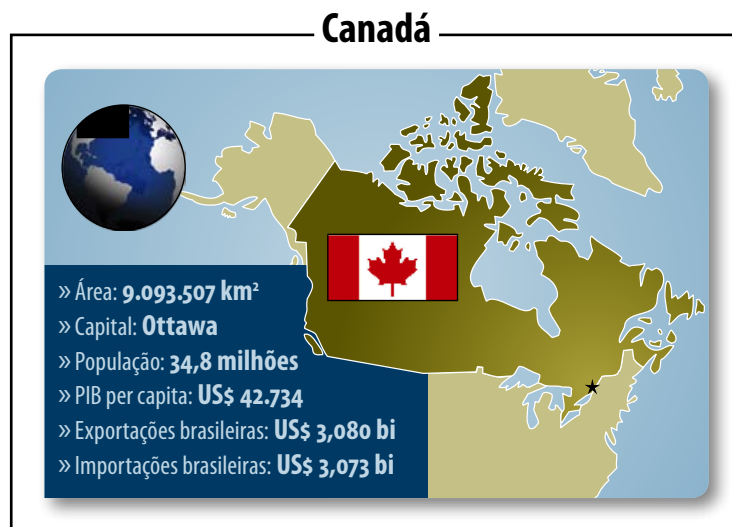
— Embora muito criticado, e muitas vezes de forma injusta, o Mercosul tem representado um estímulo ao nosso crescimento econômico — afirmou Maria da Graça, cuja indicação recebeu parecer favorável do senador Luiz Henrique (PMDB-SC).

Ela ressaltou ainda o papel da Aladi de permitir acordos flexíveis de comércio entre os membros, que alcançou US\$ 153 bilhões em 2011.

Indicado para o Canadá também é aprovado

A mesma reunião, presidida por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), aprovou e enviou ao Plenário a indicação de Pedro Fernando Brêtas para a Embaixada do Canadá. O relator foi Cyro Miranda (PSDB-GO). Para Brêtas, há um “campo imenso” para os dois países.

— O Canadá tem muito dinheiro para investir — ressaltou, lembrando que empresas brasileiras já investiram US\$ 21 bilhões no Canadá, enquanto empresas canadenses investiram US\$ 15 bilhões no Brasil.



Randolfe e Suplicy apoiam Dia Mundial sem Carro

Em apoio ao Dia Mundial sem Carro, 22 de setembro, e à Semana Nacional da Mobilidade Urbana, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) vieram ontem ao Senado de bicicleta. Por volta das 8h, eles saíram da quadra em que moram, na Asa Sul, e fizeram o percurso de 7 quilômetros em 30 minutos, acompanhados por servidores que costumam vir ao trabalho pedalando.

Embora seja suprida por vias largas, Brasília não oferece muitas opções de trânsito aos ciclistas. Ao contrário, desde a inauguração a cidade tem se notabilizado por privilegiar o uso do automóvel. Os cidadãos que dependem de ônibus também enfrentam muitas dificuldades para se descolar pela capital.

Por motivos de segurança e facilidade de acesso, Suplicy

e Randolfe não utilizaram as ciclovias em implantação no Plano Piloto, que ainda não têm ligação completa até o Eixo Monumental, onde fica o Congresso.

— O percurso é curto e, de bicicleta, leva quase o mesmo tempo se viéssemos de carro — disse Suplicy.

Apesar de o trajeto ser feito na mesma via que os carros, Randolfe não encontrou riscos. Ainda assim, defendeu campanhas educativas para melhorar a segurança para o trânsito de bicicletas.

À tarde, Suplicy informou em Plenário ter oficializado sugestão para que o Senado

instale bicicletários e amplie vestiários para os servidores que desejarem usar bicicleta para vir ao trabalho. O documento, elaborado por funcionários da Casa, também contou com o apoio de Randolfe, Cristovam Buarque (PDT-DF) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).



Randolfe e Suplicy pedalaram por meia hora para chegar ao Senado ontem: incentivo ao uso da bicicleta por servidores

Setor de segurança cobra lei para tipificar crime de terrorismo

A lacuna na legislação brasileira sobre a tipificação do crime de terrorismo preocupa representantes da Polícia Federal (PF), da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e parlamentares que participaram ontem do seminário internacional Terrorismo e Grandes Eventos, realizado na Câmara dos Deputados. Os debatedores advertiram que, apesar de ser um país pacifista e sem histórico de terrorismo, o Brasil não está imune a ações desse tipo, especialmente com a realização de grandes eventos esportivos.

Segundo o diretor-geral da Abin, Wilson Roberto Trezza, eventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 são considerados alvos privilegiados para organizações terroristas por reunirem grande quantidade de pessoas de diferentes países e pela visibilidade que as ações podem ter.

— Nós nunca fomos alvo, mas estarão presentes delegações de outros países que internamente ou nas relações bilaterais vivem em situações de conflito, ou seja, o Brasil pode ser palco de uma ação terrorista direcionada a outro Estado — disse Trezza.

O diretor de Inteligência

da PF, José Alberto Iegas, ressaltou que a atuação dos setores de segurança do país fica limitada sem a tipificação do crime de terrorismo.

— Hoje atuamos de uma forma preventiva, mas, infelizmente, a falta de uma tipificação muitas vezes impede uma ação efetiva.

A tipificação do crime de terrorismo está em análise na comissão mista de consolidação de leis. Um dos pontos polêmicos é a diferenciação entre movimentos reivindicatórios e atos de terrorismo.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), disse que a ausência de uma lei que puna o terrorismo pode gerar impunidade, que ocorreria, conforme a Constituição e o Código Penal, com base nos princípios da “reserva legal e da anterioridade”.

— Não há crime sem lei anterior que o defina — disse ele, que ressaltou a necessidade de uma diferenciação clara na lei entre ação terrorista e protestos dos movimentos sociais.

O evento foi promovido pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado.



Seminário discutiu a possibilidade de terrorismo em grandes eventos esportivos

Deputados apoiam devolução de MP por falta de prazo

A liderança do governo na Câmara avalia a repercussão da decisão do presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves, de devolver à comissão mista a MP 617/2013, que dá benefícios fiscais ao transporte público. Quarta-feira, Alves anunciou que devolveria a MP por falta de tempo para análise do texto, que perde o prazo dia 27.

O Senado decidiu, em maio, não analisar MPs que cheguem com menos de sete dias do prazo. Alves disse que tentou negociar com o presidente da Casa, Renan Calheiros, mas sem resultado.

Para o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), não há o que contestar na decisão de Henrique Alves.

(Da Agência Câmara)